

MENSAGEM

EXMº SR
SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO
DD. PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
VITÓRIA – ES

Senhor Presidente,

O Município de Venda Nova do Imigrante vem encaminhar, para apreciação e julgamento desse Colendo Tribunal de Contas, em mídia eletrônica, os arquivos PDF e XLS/ODF, contendo as peças e documentos da **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL, relativa ao EXERCÍCIO DE 2015**, atendendo as normas estabelecidas na Instrução Normativa 034/2015, responsabilizando-se pelo inteiro teor dessas informações, **DECLARANDO** que todos os arquivos são cópias fiéis dos documentos emitidos por todos os setores competentes deste Município, conforme sumário que segue:

SUMÁRIO

01 – MENSAG - Mensagem de encaminhamento com Sumário;

02 – RELGES - Relatório de gestão abordando aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, organizado de forma que permita uma visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão do município durante o exercício financeiro a que se refere a prestação de contas, em relação às diretrizes orçamentárias estabelecidas para aquele exercício e à legislação em vigor;

03 – BALORC – Balanço Orçamentário - Anexo 12 da Lei 4.320-1964 – consolidado, acompanhado de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários, conforme artigo 101 da Lei Federal nº4.320/64;

04 – BALFIN - Balanço Financeiro - Anexo 13 Lei 4.320/1964 – consolidado, acompanhado de notas explicativas e outros quadros elucidativos, conforme Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64;

05 – BALPAT - Balanço Patrimonial - Anexo 14 Lei 4.320/1964) – consolidado, acompanhado de notas explicativas e outros quadros elucidativos , conforme Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64;

06 – DEMVAP - Demonstrações das Variações Patrimoniais - Anexo 15 Lei 4.320/1964 – consolidada, acompanhada de notas explicativas e outros quadros elucidativos, conforme Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64;

07 - DEMDIF Demonstrativo da Dívida Fundada - Anexo 16 Lei 4.320/1964 – consolidado, acompanhado de notas explicativas e outros quadros elucidativos, conforme Artigo 101 da Lei nº 4.320/64;

08 - DEMDFL Demonstrativo da Dívida Flutuante - Anexo 17 Lei 4.320/1964 – consolidado, acompanhado de notas explicativas e outros quadros, conforme Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64;

09 – DEMFCA - Demonstrações dos Fluxos de Caixa – DFC, consolidada, conforme Parte V do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64 c/c Resolução CFC nº 1.128/2008 - NBC T 16 c/c Portaria STN nº 437/2012;

10 – DEMPLI – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL consolidada, Parte V do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64 c/c Resolução CFC nº 1.128/2008 - NBC T 16 c/c Portaria STN nº 437/2012;

11 – BALVER - Balancete de verificação consolidado, com saldos acumulados no exercício, detalhado até o nível de conta contábil de lançamento, abrangendo todas as contas contábeis com movimentação no exercício nos sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação, informando o saldo anterior, o total a débito, o total a crédito e o saldo final;

12 – BALEXO - Balancete da execução orçamentária da receita e da despesa, consolidado e acumulado até o mês de dezembro, detalhando as contas de receita que possuem títulos genéricos e demonstrando a previsão orçamentária, a movimentação dos créditos adicionais, os valores empenhados, liquidados e pagos, e a fonte de recursos;

13 – BALEXE - Balancete da execução orçamentária da receita e da despesa, consolidando as unidades orçamentárias do Poder Executivo, acumulado até o mês de dezembro, detalhando as contas de receita que possuem títulos

genéricos e demonstrando a previsão orçamentária, a movimentação dos créditos adicionais, os valores empenhados, liquidados e pagos, e a fonte de recursos;

14 – DEMSAU – Cálculo do percentual de recursos próprios aplicados em saúde conforme a Lei Complementar 141/2012, gerado pelo Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde – SIOPS, a partir do portal Datasus, referente ao 6º bimestre do exercício;

15 – RELRAP – Relação de restos a pagar existentes no encerramento do exercício, vinculados às despesas com Saúde e Ensino, subdivididos em processados e não processados, com indicação da fonte de recursos;

16 – RAPCAN – Relação de restos a pagar cancelados no exercício, vinculados às despesas com Saúde e Ensino, subdivididos em processados e não processados, com indicação da fonte de recursos;

17 – EXTBAN – Extratos bancários das contas vinculadas às despesas com Saúde e Ensino, relativos ao mês de encerramento do exercício, com respectivas conciliações bancárias;

18 – LIQSAU – Demonstrativo de despesas liquidadas em ações e serviços públicos de saúde, na forma do Anexo 24 desta instrução normativa;

19 – LIQEDU – Demonstrativo de despesas liquidadas no ensino, na forma do Anexo 24 desta instrução normativa;

20 – PCFUND – Parecer do Conselho de Fiscalização sobre a prestação de contas dos recursos do FUNDEB;

21 – PCFSAU – Parecer do Conselho de Fiscalização sobre a prestação de contas dos Recursos aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde;

22 – RELPRE – Relação consolidada dos precatórios judiciais pagos, baixados e inscritos no exercício, acompanhado da relação de inscrições por ordem cronológica;

23 – DEMCAD – Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais contendo informações sobre os créditos abertos no exercício, conforme Anexo 14 desta instrução normativa;

24 – DEMRCL – Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida – ANEXO 03 do Manual de

Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas;

25 – RRERDP – Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias – ANEXO 4 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas;

26 – RRERNO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo do Resultado Nominal – ANEXO 5 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas;

27 – RRERPR – Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo do Resultado Primário – ANEXO 6 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas;

28 – RRERAP – Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo dos Restos a Pagar por poder e órgão – ANEXO 07 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas;

29 – RREMDE – Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – ANEXO 08 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas;

30 – RREOCR – Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo das Receitas de Operação de Crédito – ANEXO 09 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas;

31 – RRERPP – Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência – ANEXO 10 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas;

32 – RRERAA – Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos – ANEXO 11 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas;

33 – RRESAU – Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo das receitas e despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – ANEXO 12 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas;

34 – RREPPP – Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas – ANEXO 13 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas;

35 – RGFDPPE – Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo da Despesa com Pessoal – ANEXO 01 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao terceiro quadrimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas;

36 – RGFDCCL – Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida – ANEXO 2 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao terceiro quadrimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas;

37 – RGFDCV – Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores – ANEXO 3 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao terceiro quadrimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas;

38 – RGFDCR – Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo das Operações de Crédito – ANEXO 4 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao terceiro quadrimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas;

39 – RGFDCX – Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa – ANEXO 5 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao terceiro quadrimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas;

40 – RGFRAP – Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo dos Restos a Pagar – ANEXO 6 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao terceiro quadrimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas;

41 – LEIDES – Cópia da lei de desconcentração administrativa, no caso dos municípios onde a gestão dos recursos públicos no Poder Executivo Municipal tenha sido objeto de outorga aos Secretários e demais gestores; **O município não possui Lei de Desconcentração.**

42 – RELSCI – Relatórios de avaliação do cumprimento do plano de ação para implantação do Sistema de Controle Interno, conforme Art. 3º, § 3º; da Resolução TC nº227/2011;

43 – RELOCI - Relatório e parecer conclusivo do órgão central do sistema de controle interno contendo os elementos previstos no Anexo 11 da Instrução Normativa 028//2013;

44 - PROEXE - Pronunciamento expresso do chefe do Poder atestando ter tomado conhecimento das conclusões contidas no parecer conclusivo emitido pela unidade executora do controle interno, conforme parágrafo único, do artigo 4º, da Resolução TC nº 227/2012;

Ao ensejo, reafirmamos os protestos de elevada estima.

Atenciosamente,

DALTON PERIM
Prefeito Municipal